



**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE  
COMPETÊNCIAS**

**MUNICÍPIO DE LAGOA**

-

**JUNTA DE FREGUESIA DE FERRAGUDO**

**ANO 2022**



## PREÂMBULO

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril, que tem como vetor primordial a descentralização administrativa, vocacionada essencialmente para a promoção de uma aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis prevê a contratualização entre os municípios e as freguesias:

A contratualização efetua-se de acordo com o art.º 120º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, através de contratos interadministrativos de delegação de competências;

Tendo em vista formalizar a vontade comum do Município de Lagoa e da Freguesia outorgante, no que concerne não só às competências legalmente delegadas, como também às competências que fazem parte da esfera de decisão de ambas as entidades, torna-se necessário clarificar quais as competências que são delegadas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências.

Sendo imperioso que a vontade das partes siga as formas legais traçadas pelo legislador, é igualmente fundamental que este processo seja transparente e rigoroso, tanto mais que as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril, que concretiza a transferência de competências dos Municípios para os órgãos das Freguesias, estabelecida no nº 2, do art.º 38º, da Lei 50/2018 de 16 de Agosto, prevê alterações que necessitam de ser negociadas e estruturadas com as freguesias, para que possam entrar em vigor.

Desta forma, tendo em vista colocar em perspetiva o acervo de direitos e deveres referentes aos outorgantes e a respetivas obrigações financeiras é de toda a pertinência centralizar esta informação.

Em função do anteriormente exposto, de forma sumária diremos que para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, ao abrigo do contrato interadministrativo de delegação de competências com a Freguesia de Ferragudo, resulta uma obrigação financeira de **104.000,00 €** para o Município de Lagoa:

## CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro tem como vetor primordial a descentralização administrativa, vocacionada essencialmente para a promoção de uma aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;

Considerando que nos termos do art.º 120º da referida lei os municípios podem celebrar com as freguesias contratos interadministrativos de delegação de competências;

Considerando que cabe aos municípios negociar com as juntas de freguesia as competências a delegar;

Considerando que a transferência de competências dos municípios para as freguesias, no âmbito do Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril, não é automática, ou seja, apesar de as competências serem transferidas para as freguesias ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, o seu exercício por estas depende de um acordo a alcançar com os municípios que preveja a transferência de recursos humanos, financeiros e patrimoniais;

Considerando que, neste âmbito, o acordo previsto, no que concerne à transferência de recursos humanos, financeiros e patrimoniais não foi alcançado;

Considerando, ainda, que os municípios podem manter no seu âmbito de intervenção todas ou parte das competências transferidas, sempre que as considerem indispensáveis para a sua gestão direta, considerem que têm natureza estruturante ou considerem que se revestem de interesse geral e comum a toda ou a parte significativa do município (n.º 3 do art.º 2.º do DL 57/2019). Neste cenário, exige-se uma deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

Considerando que a implementação das transferências para as freguesias consignadas no Decreto-Lei nº 57/2019 de 30 de abril, necessitam de ser negociadas e estruturadas para entrarem em vigor, de acordo com as missões a definir pela Câmara Municipal;

Considerando ainda a comunhão de esforços evidenciada por parte dos outorgantes no estabelecimento dos termos e condições a estabelecer em documento próprio;

Considerando o acordo alcançado entre as partes, para a celebração de um Acordo Interadministrativo de Delegação de Competências, o qual foi vertido na minuta



presente a reunião da Câmara Municipal de Lagoa em 17 de dezembro de 2021 e submetida à sessão da Assembleia Municipal de Lagoa de 30 de dezembro de 2021; e também presente à reunião da Junta de Freguesia de Ferragudo de 6 de dezembro de 2021, submetido à sessão da Assembleia de Freguesia de Ferragudo, realizada no dia 30 de dezembro de 2021;

## ENTRE

**MUNICÍPIO DE LAGOA, NIF nº 506804240**, com sede no Largo do Município – 8400- 501 Lagoa, com o endereço eletrónico [expediente@cm-lagoa.pt](mailto:expediente@cm-lagoa.pt), representado pelo Senhor Presidente da Câmara, Luís António Alves da Encarnação, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *c)* do n.º 1 e na alínea *f)* do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como Primeiro Outorgante,

## E

**FREGUESIA DE FERRAGUDO, NIF nº 506858316**, com sede no Edifício Belchior, Rua Zeca Afonso, Bloco C, loja 6, 8400-259, com o endereço eletrónico [geral@f-ferragudo.pt](mailto:geral@f-ferragudo.pt), representado pelo Presidente da Junta, Luís Filipe dos Santos Alberto, no uso das competências previstas nas alíneas *a)* e *g)* do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, como Segunda Outorgante,

É celebrado, para efeitos do disposto nos artigos 116º e seguintes da Lei n.º 75/2013, o presente contrato de delegação de competências, que se rege pelas cláusulas seguintes:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

### Cláusula primeira

#### Objeto

O presente contrato estabelece as condições do exercício da delegação de competências na segunda outorgante para a execução dos seguintes projetos:

- a) Limpeza das vias e espaços públicos (zonas sem concurso municipal);
- b) Manutenção, limpeza e reparação de mobiliário urbano instalado no espaço público (com exceção daquele que seja objeto de concessão);
- c) Pinturas e obras de reparação em muros, escadarias, pracetas e miradouros;
- d) Aumento da eficácia da ação administrativa (princípio da descentralização e subsidiariedade);
- e) Animação cultural;
- f) Construção Cemiterial (zona de expansão municipal);

### **Cláusula segunda**

#### **Forma**

O presente contrato é composto pelo presente clausulado e anexos que dele fazem parte integrante (A, B e C).

### **Cláusula terceira**

#### **Disposições e cláusulas por que se rege o contrato**

Na execução do presente contrato observar-se-ão:

- a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;
- b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- c) A Lei 73/2013, de 3 de setembro, que aprova a Lei das Finanças Locais;
- d) O código do procedimento administrativo.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS PROJETOS**

#### **Cláusula quarta**

##### **Limpeza das vias e espaços públicos (zonas sem concurso municipal)**

1. O exercício desta competência integra:



- a) Limpeza das zonas urbanas;
  - b) Limpeza de mercados;
  - c) Limpeza de equipamentos públicos;
2. A competência prevista na alínea a), b) e c) do número anterior integra:
- a) A varredura manual;
  - b) A limpeza das papeleiras;
  - c) Limpeza de outros pequenos contentores de resíduos.

#### **Cláusula quinta**

##### **Manutenção, limpeza e reparação de mobiliário urbano instalado no espaço público (com exceção daquele que seja objeto de concessão)**

1. As intervenções no mobiliário urbano compreendem:
  - a) A manutenção do mobiliário existente através da sua limpeza e demais procedimentos que se afigurem adequados;
  - b) Pequenas obras de reparação e conservação do mobiliário, com prioridade para pinturas, limpezas e substituição de peças partidas e/ou danificadas;
2. O exercício da delegação de competências é constituído pela prática de todos os atos necessários à prossecução do interesse público, tendo em atenção o mobiliário em causa, tipologia dos equipamentos e o desgaste e utilização a que estão sujeitos.

#### **Cláusula sexta**

##### **Pinturas e obras de reparação em muros, escadarias, pracetas e miradouros**

O exercício desta competência integra as obras de manutenção de pinturas e obras de reparação em muros, escadarias, pracetas e miradouros tendo como objetivo a manutenção do aspeto tradicional da vila, de elevado interesse em termos promocionais, preservando o traço característico e tradicional.

#### **Cláusula sétima**

##### **Aumento da eficácia da ação administrativa (princípio da descentralização e subsidiariedade)**

O exercício desta competência rege-se pelos princípios e garantias enunciados nas alíneas b) c) d) e) f) do artigo nº 2 da Lei 50/2018, de 16 de agosto, como forma de aumentar as capacidades das freguesias no atendimento ao Município através do desenvolvimento das suas competências e de serviços municipais descentralizados, nos pressupostos do aumento de um serviço de qualidade.

#### **Cláusula oitava**

##### **Animação cultural**

O exercício desta competência integra a promoção das festas da paróquia, atividades culturais de verão, aniversário da vila e outros eventos contemplados no plano de atividades da segunda outorgante.

#### **Cláusula Nona**

##### **Construção Cemiterial (zona de expansão municipal)**

Construção de 76 ossários na zona de expansão Municipal do cemitério de Ferragudo.

### **CAPÍTULO III**

#### **RECURSOS**

##### **Cláusula décima**

##### **Afetação de recursos**

1. Os recursos patrimoniais e financeiros a afetar à Segunda Outorgante no âmbito do presente contrato, encontram-se previsto no Anexo B e C, fundamentado nos dados estatísticos que constituem o Anexo A.
2. Os recursos financeiros de carácter corrente a afetar à Segunda Outorgante no âmbito do presente contrato serão concretizados em prestações mensais, definidos no Anexo C.
3. Os recursos financeiros de investimento a afetar são concretizados, em 25% no início do investimento, e o restante mediante a apresentação dos respetivos documentos contabilísticos.





## **CAPÍTULO IV**

### **DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

#### **Cláusula décima primeira**

##### **Direitos do Primeiro Outorgante**

Constituem direitos do Primeiro Outorgante:

- a) Fiscalizar o cumprimento das delegações objeto do contrato;
- b) Solicitar à Segunda Outorgante informações e documentação referentes ao cumprimento do presente contrato;
- c) Apresentar sugestões e propostas no âmbito das reuniões a realizar entre as partes.

#### **Cláusula décima segunda**

##### **Obrigações do Primeiro Outorgante**

No âmbito do presente contrato, o Primeiro Outorgante obriga-se a:

- a) Proceder às transferências financeiras definidas no âmbito do presente contrato;
- b) Afetar os recursos previstos no contrato;
- c) Verificar o cumprimento do contrato;
- d) Elaborar um relatório anual de análise.

#### **Cláusula décima terceira**

##### **Direitos da Segunda Outorgante**

Constituem direitos da Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências após a apresentação dos comprovativos de despesa;
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento da intervenção.

#### **Cláusula décima quarta**

##### **Obrigações da Segunda Outorgante**

No âmbito do presente contrato, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Pautar toda a sua atuação sob critérios de eficiência, eficácia e economia no cumprimento das competências delegadas;
- b) Respeitar e fazer respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis a cada uma das competências delegadas;
- c) Recrutar os recursos humanos necessários ao cumprimento do presente contrato, sendo da sua responsabilidade o pagamento das despesas por estes originadas;
- d) Contratar empreitadas, bens e serviços necessários ao cumprimento do presente contrato sendo da sua responsabilidade o pagamento das despesas por estes originados;
- e) Entregar ao Primeiro Outorgante os relatórios previstos no presente contrato.

#### **Cláusula décima quinta**

##### **Obrigações adicionais**

No âmbito do cumprimento deste contrato devem os representantes indicados por ambos os outorgantes, reunir-se, trimestralmente, ou sempre que necessário, devendo ser elaboradas atas das reuniões.

### **CAPÍTULO V**

#### **RELATÓRIOS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO**

##### **Cláusula décima sexta**

###### **Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante**

1. A Segunda Outorgante deve elaborar relatórios semestrais de avaliação da execução do presente contrato os quais deverão ser acompanhados dos respetivos documentos de despesa relativos às transferências de capital.
2. A Segunda Outorgante deverá entregar os relatórios referidos no número anterior até ao dia 15 do mês seguinte ao semestre respetivo.
3. O Primeiro Outorgante poderá solicitar relatórios adicionais que permitam uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.



A

### **Cláusula décima sétima**

#### **Verificação dos relatórios**

1. Os relatórios ficam sujeitos à apreciação do Primeiro Outorgante que os aprovará ou sugerirá as necessárias retificações no prazo de 10 dias úteis contados a partir da sua receção.
2. A Segunda Outorgante deverá proceder à retificação prevista no número anterior ou reclamar da mesma devendo para o efeito apresentar, nos 5 dias úteis subsequentes, uma exposição fundamentada.
3. A falta de reclamação no prazo previsto no número anterior determina a aceitação da retificação.

### **Cláusula décima oitava**

#### **Ocorrências e emergências**

Qualquer situação que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente contrato deverá ser imediatamente comunicada, por escrito.

### **Cláusula décima nona**

#### **Verificação do cumprimento do objeto do contrato**

1. O Primeiro Outorgante pode fiscalizar o cumprimento do presente contrato mediante a realização de vistorias e inspeções e/ou solicitação de informações e documentos que considere necessários.
2. Sempre que o Primeiro Outorgante constatar a existência de não conformidades no cumprimento do contrato deverá emitir instruções, as quais são de carácter vinculativo, devendo a Segunda Outorgante proceder à necessária correção das situações detetadas.
3. Anualmente, em janeiro, o Primeiro Outorgante deverá elaborar um relatório contendo uma avaliação do contrato e, sempre que se justifique, a determinação da correção das não conformidades detetadas.

## **CAPÍTULO VI**

### **CESSAÇÃO DO CONTRATO**

### **Cláusula vigésima**

#### **Cessação do contrato**

1. O contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução.
2. O contrato cessa por caducidade nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência.
3. A mudança dos titulares dos órgãos dos contraentes públicos não determina a caducidade do contrato.
4. Os contraentes públicos podem revogar o contrato por mútuo acordo.
5. Os contraentes públicos podem resolver o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.
6. A cessação do contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação do serviço público.
7. Os contraentes públicos podem suspender o contrato com os fundamentos referidos no nº 5.

## **CAPÍTULO VII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula vigésima primeira**

##### **Comunicações e notificações**

1. As comunicações entre as partes deverão ser efetuadas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para os endereços eletrónicos identificados no presente contrato.
2. Qualquer alteração dos contactos constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte.

#### **Clausula vigésima segunda**

##### **Casos omissos e dúvidas Interpretativas**

1. Em tudo aquilo que não esteja previsto no presente contrato aplicar-se-á o disposto na Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, e demais legislação em vigor aplicável.



2. As dúvidas interpretativas ocorridas na execução deste contrato serão resolvidas pela Câmara Municipal, ouvindo a Junta de Freguesia.

### **Cláusula vigésima terceira**

#### **Período de vigência**

Este contrato entra em vigor na data da sua assinatura e publicitação e termina no dia 31 de dezembro de 2022, coincidindo com o fim do ano civil.

### **Clausula vigésima quarta**

#### **Publicitação**

Os Outorgantes deverão publicitar este contrato nos locais de estilo e publicá-lo nas suas páginas da internet.

### **Clausula vigésima quinta**

#### **Cabimento e compromisso**

Em cumprimentos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, foram emitidas a fichas de compromisso números 111104 e 111107, referentes ao presente contrato.

O presente contrato foi assinado em Lagoa aos 27 de janeiro de 2022 em dois exemplares, ficando um exemplar na posse de cada um dos outorgantes.

O Presidente da Câmara Municipal  
de Lagoa



(Luis António Alves da Encarnação)

O Presidente da Junta de Freguesia  
de Ferragudo

**FREGUESIA DE FERRAGUDO**  
**ALGARVE**

(Luis Filipe dos Santos Alberto)

ALGARVE  
PREZIOSA DE FERRAGUDO

**ANEXO A**  
**DADOS ESTATÍSTICOS**

<b>FREGUESIAS</b>	<b>ÁREA (Kms<sup>2</sup>)</b>	<b>POPULAÇÃO</b>	<b>DENSIDADE</b>	<b>EDIFICAÇÃO</b>	<b>ALOJAMENTOS TURÍSTICOS</b>
ESTOMBAR E PARCHAL	28,07	9 354	333,24	3 832	295
FERRAGUDO	5,74	1 969	343,03	1 564	401
LAGOA E CARVOEIRO	39,13	10 146	259,29	6 645	1980
PORCHES	16,50	2 249	136,30	1 963	658

Dados INE: Censos 2021/CML

ANEXO A







## ANEXO B

## MAPA DE IMPLEMENTAÇÃO FINANCEIRA DOS ACORDOS

FREGUESIA	VALOR TOTAL 2022	VALOR CORRENTES	VALOR CAPITAL
ESTOMBAR E PARCHAL	241 000,00 €	241 000,00 €	0,00 €
FERRAGUDO	104 000,00 €	74 000,00 €	30 000,00 €
LAGOA E CARVOEIRO	252 000,00 €	252 000,00 €	0,00 €
PORCHES	103 000,00 €	103 000,00 €	0,00€
<b>TOTAIS</b>	<b>700 000,00 €</b>	<b>670 000,00 €</b>	<b>30 000,00 €</b>

FREGUESIA	VALOR MENSAL CORRENTES 2022
ESTOMBAR E PARCHAL	20 083,33 €
FERRAGUDO	6 166,67 €
LAGOA E CARVOEIRO	21 000,00€
PORCHES	8 583,33€
<b>TOTAIS MENSAIS</b>	<b>55 833,33 €</b>





## ANEXO C

PROJETOS 2022	CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	VALOR MÁXIMO DOS PROJETOS <b>104.000,00€</b>
	FREGUESIA DE FERRAGUDO	

	Tipo de Despesa	PROJECTO	OBJECTIVO	DATAS	VALOR
a)	Corrente	Limpeza das vias e espaços públicos (zonas sem concurso municipal)	O exercício desta competência integra as limpezas das zonas urbanas sem concurso, mercado e cemitério.	2022	10.500,00€
b)	Corrente	Manutenção, limpeza e reparação de mobiliário urbano instalado no espaço público. (com exceção daquele que seja objeto de concessão)	Assegurar a correta manutenção e limpeza dos balneários, quiosques, abrigos de passageiros, papeleiras e outros equipamentos discriminados, proporcionando conforto e segurança para quem os utiliza.	2022	13.500,00€
c)	Corrente	Pinturas e obras de reparação em muros, escadarias, pracetas e miradouros.	Manter os muros, escadarias e pracetas cuidados em condições de utilização e de segurança.	2022	15.000,00€
d)	Corrente	Aumento da eficácia da ação administrativa (princípio da descentralização e subsidiariedade)	Aumentar a capacidade das freguesias no atendimento ao Município através do desenvolvimento das suas competências e de serviços municipais descentralizados, nos pressupostos do aumento de um serviço de qualidade.	2022	25.000,00€
e)	Corrente	Animação cultural	Promoção das festas da paróquia, atividades culturais de verão, aniversário da vila e outros eventos contemplados no plano de atividades.	2022	10.000,00€




f)	Capital	Construção Cemiterial ( Zona de expansão Municipal)	Construção de 76 ossários.	2022	30.000,00€
----	---------	---	----------------------------	------	------------